



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS
9ª Comissão - Direitos Humanos e Segurança Pública.

PARECER N.º 1602/2024

Processo de n.º 2669 /2023

Relator: DEPUTADO CABO BEBETO

Versa o presente processo sobre o Projeto de Lei Ordinária n.º 522/2023 de autoria da Deputada Estadual Gabi Gonçalves, que DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO REGISTRO DE VIOLÊNCIA PRATICADA CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO NA FORMA QUE MENCIONA.

A presente matéria nos fora encaminhada após receber parecer favorável na 2ª Comissão, no que diz respeito à constitucionalidade, cabendo a esta Comissão analisar o mérito da matéria.

Inicialmente, é importante salientar que o Projeto de Lei em comento visa tornar obrigatório o registro de violência praticada contra criança e adolescente em prontuário médico no âmbito do Estado de Alagoas.

Quanto ao mérito da matéria apresentada, vê-se que o objetivo do proponente é prevenir, identificar e punir o autor de crime de violência praticado contra crianças e adolescentes no estado de Alagoas, bem como conceder amparo às vítimas.

CONCLUSÃO

Diante das razões acima expostas, somos pela aprovação do referido Projeto de Lei.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES EM MACEIÓ 24 de Setembro de 2024.

Cabo Beбето
Cabo Beбето

PRESIDENTE

RELATOR

H. H. H.
H. H. H.